O TRABALHO NA SOCIEDADE GLOBALIZADA:
uma reflexão da educação popular em Guiné Bissau e no Brasil

WORK IN GLOBALIZED SOCIETY: a reflection of popular education in Guinea Bissau and Brazil

EL TRABAJO EN LA SOCIEDAD GLOBALIZADA: un reflejo de la educación popular en Guinea Bissau y Brasil

Augusto Cardoso[1]
Marizéte Silva Souza[2]
Siomara Castro Nery[3]

Resumo: O tema do presente artigo traz consigo um debate teórico-crítico acerca da importância do trabalho na sociedade moderna no contexto do processo de globalização a partir de três aspectos: o trabalho como eixo central de governos; a formulação e implementação de ações sociais voltadas para o trabalho e; ações relacionadas à educação popular. Trata-se de uma abordagem de cunho qualitativo baseada em documentos e nos referenciais teóricos que explicam a complexidade das políticas públicas e sua gestão, bem como a natureza das organizações educativas. Nosso objetivo é apresentar elementos que contribuam para a compreensão desta relação tríade, a partir de um comparativo entre a realidade brasileira e guineense, tendo em vista que o trabalho é a atividade por meio da qual o ser humano (re)produz sua própria existência.

Palavras-chave: Educação Popular – Políticas Sociais – Trabalho.

---

[1] Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atua como docente do Centro Universitário Dom Pedro II (Brasil), onde é Coordenador do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu. É membro do Grupo de Pesquisa Educação, Etnicidade e Desenvolvimento Regional, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Atualmente, é membro efetivo do Núcleo de Estudos da Teoria Geral da Administração do Conselho Regional de Administração da Bahia (NTGA/CRA-BA). ORCID iD: http://orcid.org/0000-0001-9064-8414 . E-mail: augusto.iacoc@gmail.com

[2] Doutoranda no curso de Ciências da Educação pela Universidad Autónoma de Assunción, Mestre em Linguagens e Representações na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Atua como docente do Departamento de Letras e Artes/UESC e no Colégio da Polícia Militar Rômulo Galvão, Ilhéus/BA. É membro do Grupo de Pesquisas e Pesquisas Movimentos Sociais Diversidade e Educação do Campo (GEPEMDEC/UESC). ORCID iD: http://orcid.org/0000-0002-6074-5480 . E-mail: marizete08@gmail.com

[3] Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidad Autónoma de Assunción, Mestre em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Atua como docente do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). É Coordenadora do Núcleo de Artes da UESC (NAU). ORCID iD: http://orcid.org/0000-0001-7873-1274 . E-mail: castronerysiomara@gmail.com

Abstract: The subject of the present article introduces a theoretical-critical debate about the importance of work in modern society, in the context of globalization, based on three aspects: work as a central government foundation; the creation and implementation of social actions directed for working; and actions related to popular education. It is a qualitative approach based on documents and theoretical references that explain the complexities of public policies and management, as well as the nature of educational organizations. Our objective is to present elements that contribute to the understanding of the triad relationship, based on a comparison between a Brazilian and Guinean reality, bearing in mind that it is by the work the human being (re) produces its own existence.

Keywords: Social Policies – Popular Education – Work.

Resumen: El tema de este artículo trae consigo un debate teórico-crítico sobre la importancia del trabajo en la sociedad moderna en el contexto del proceso de globalización desde tres aspectos: el trabajo como eje central de los gobiernos; la formulación e implementación de acciones sociales orientadas al trabajo y; acciones relacionadas con la educación popular. Es un enfoque cualitativo basado en documentos y referencias teóricas que explican la complejidad de las políticas públicas y su gestión, así como la naturaleza de las organizaciones educativas. Nuestro objetivo es presentar elementos que contribuyan a la comprensión de esta relación triada, a partir de una comparación entre la realidad brasileña y guineana, considerando que el trabajo es la actividad a través de la cual el ser humano (re) produce su propia existencia.

Palabras clave: Educación Popular – Políticas Sociales – Trabajo.

Introdução

O texto aborda numa perspectiva teórico-crítica a questão do trabalho na sociedade globalizada, levando em conta tanto o complexo e diferente quadro emergente nas sociedades modernas quanto as importantes lições recolhidas nas experiências das sociedades tradicionais, visto que as relações de trabalho atuais evidenciam a necessidade de que sejam construídas alternativas em que as ações laborais digam respeito à própria significação da existência humana.

No contexto capitalista de dimensões globais de exploração do trabalho, a adoção de um modelo coletivo de organização social coloca em evidência as práticas decorrentes das relações adotadas por sociedades proclamadas desenvolvidas ou em desenvolvimento – a exemplo do Brasil e de Guiné Bissau.

A discussão em torno das novas reconfigurações teóricas dos modelos de desenvolvimento e dos processos práticos contemporâneos, tais como mercado de trabalho, progresso, políticas sociais, sociedade civil, educação popular, boa governança, ajustamento estrutural, pobreza, desenvolvimento internacional, entre outros, pode ter um sem número de acepções, em função dos objetivos governamentais, dos interesses das comunidades locais e globais, dos autores implicados nas racionalidades existentes e até mesmo da conjuntura geopolítica ou econômica territorial. Essa variedade de elementos tem apontado múltiplas reflexões sob as perspectivas das relações de trabalho para o quadro hegemônico do século XXI.

Em nossas reflexões históricas, o conceito teórico/prático do trabalho deixou de estar submetido aos tempos da natureza e às variáveis climáticas e passou, ele próprio, a administrar o tempo real dos homens contemporâneos. Se por um lado o trabalho no

decorrer da história dos homens na terra deixou de ser percebido apenas como meio de subsistência, por outro tornou-se, para um número cada vez maior de pessoas, elemento característico de identidade e criador permanente de riquezas ou de poder para nações desenvolvidas. É exatamente em meio a esse debate e embate teórico/prático de forças políticas, econômicas e pedagógicos de mudanças estruturais em âmbito do mundo local globalizado, onde a educação popular e políticas socias a um só tempo se entrecruzam e se polarizam que surge uma concepção prático/teórica desse novo movimento da sociedade moderna cuja metodologia de educação articula os diferentes saberes e práticas, as dimensões da cultura e dos direitos humanos, o compromisso com o diálogo e com o protagonismo das classes populares nas transformações sociais local e global.

Partindo de um estudo de natureza exploratória e descritiva, apoiada na revisão de literatura de livros e artigos de autores clássicos e contemporâneos e na pesquisa documental realizada a partir de documentos oficiais disponíveis em sites das instituições públicas representativas dos dois países, nosso principal desafio com o presente trabalho é, ao construir processos reflexivos sobre a realidade do trabalho na conjuntura atual, considerando-se a realidade de Brasil e de Guiné Bissau, apresentar elementos que contribuam para a compreensão dessa realidade, a qual se estabelece a partir de três aspectos.

O primeiro aspecto é concernente ao trabalho entendido como eixo de governos. Nesse sentido serão explorados aspectos como o significado do trabalho na modernidade e concepções de trabalho para as sociedades atuais.

O segundo, apresenta ações sociais que foram formuladas e/ou implementadas tendo em vista o fortalecimento e articulação do trabalho como produto social. Nesse recorte tratamos de algumas ações desenvolvidas nos dois países em foco com vistas ao fortalecimento ou à implantação de relações laborais mais efetivas.

O último, de modo mais amplo, estabelece conexões entre as ações relacionadas à educação popular em Guiné e no Brasil. Parte de uma compreensão acerca do que se constitui educação popular e estabelece alguns parâmetros relacionados ao conceito de etnia e ao papel dos saberes tradicionais na organização social das comunidades.

A conjectura basilar desta discussão e da complexa relação entre políticas socais, educação popular e mundo do trabalho e globalização proposta aqui apóia-se na compreensão de que a sociedade capitalista local e global vem exprimentado, nas últimas decadas, mudanças estruturais profundas no modo de ensinar e de viver. Importa-nos, pois, entender como a estruturação do trabalho na sociedade globalizada, à partir da reflexão dos conceitos da educação popular, políticas sociais e trabalho, vivenciados no Brasil e em Guiné-Bissau, criam espaço para uma nova percepção de sociedade - complexa e diferente – em que as relações e ações laborais digam respeito à própria significação da existência humana.

Considerações sobre o trabalho

Em tempos de modernidade, um debate que se faz necessário e atual diz respeito ao papel que o trabalho ocupa na sociedade, sobretudo se levamos em consideração que a exploração da mão de obra, apesar dessa modernidade, in é presente em algumas sociedades, particularmente em se tratando de Guiné-Bissau e Brasil.

O atual efeito da globalização tende a gerar ou potenciar novas consequências no âmbito dos processos e configurações de reorganização econômica global, polarizações no mundo do trabalho e do emprego com decorrências reais e abruptas nas decisões de inserção e reinserção social e laboral de largos extratos para as populações brasileiras e guineenses.

Essas mutações trabalhistas ocorrem paralelamente com avassaladora dominação ideológica e apropriação cultural global por parte das diferentes personagens empresariais e políticas do capital, somando-se à ideologia liberal e neoliberal.

Não se deve pensar em trabalhador hoje ignorando as exigências de um novo mercado de trabalho que exige do profissional uma formação escolar e técnica, tendo em vista que as empresas necessitam que esses profissionais sejam qualificados a fim de elas se manterem no tão exigente mercado globalizado.

Antunes chama a atenção para essa desestruturação de mão de obra, que ele denomina de 'classe-que-vive-do-trabalho, um conceito, segundo o referido autor, para a nova classe trabalhadora. Essa classe trabalhadora, leva em consideração homens e mulheres, diz respeito àquela classe que

> [...] engloba também os trabalhadores improdutivos, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para uso público ou para o capitalista, e que não se constituem enquanto elemento diretamente produtivo, enquanto elemento vivo do processo de valorização do capital e de criação de mais valia. (ANTUNES, 2013, p. 88)

Considerações sobre políticas sociais

As discussões acerca das ações sociais voltadas para o trabalho têm envolvido muitos pesquisadores e estudiosos.

As chamadas políticas sociais resultam da pressão da sociedade em vista da adoção de medidas que protejam os indivíduos das consequências das ações do capital, sobretudo no que diz respeito ao acesso ao trabalho, à saúde e à educação.

Em assim sendo, uma

> [...] política pública possui dois elementos fundamentais: *intencionalidade pública e resposta a um problema público*; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante (SECCHI, 2012, p. 2 – *Grifo nosso*).

A função que o Estado desempenha atualmente em nossa sociedade sofreu inúmeras transformações ao passar do tempo. No século XVIII e XIX, seu principal papel

e objetivo do qualquer Estado era a segurança pública e a defesa externa em caso de qualquer força de ataque inimigo. No entanto, no decorrer dos séculos desta mesma história da humanidade, essas perspectivas foram se modificando em decorrência da própria "modernidade civilizatória" ou da própria conveniência política de cada Estado ou Governo na formulação das suas próprias políticas públicas.

Contudo, com o aprofundamento da nova globalização e expansão da democracia, as responsabilidades do Estado se multiplicaram e diversificaram e atualmente é comum se afirmar que a função do Estado é promover o bem-estar da sociedade.

Nesse sentido, é que as políticas públicas se configuram de acordo com os interesses do Estado e podem resultar de anseios da população socialmente engajada e abordar questões relativas às várias áreas básicas do viver.

A educação é, sem dúvida, uma política prioritária tanto para a formação do ser humano quanto para o desenvolvimento social. No Brasil, está assegurada como direito de todos e dever do Estado no art. 205, da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 19988). Em Guiné, em 1996 a Carta Magna estabelece esse direito e assegura que:

> a educação visa a formação do homem. Ela deverá manter-se estreitamente ligada ao trabalho produtivo, proporcionar a aquisição de qualificações, conhecimentos e valores que permitam ao cidadão inserir-se na comunidade e contribuir para seu incessante progresso (Guiné-Bissau, 1996, art. 26).

Assim, para atingir resultados em diversas áreas entre as quais a educação, a geração de trabalho e renda, e promover o bem-estar da sociedade, os governos se utilizam das políticas públicas aqui entendidas como um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade (SECCHI 2013). Essa perspectiva direciona as ações de governo para múltiplas direções, inclusive para o reconhecimento da cultura popular como fonte e destino das intervenções.

Considerações sobre educação popular

A educação popular guineense apresenta hoje, sob o ponto de vista geopolítico (cultural, social e civilizatório), cerca de vinte e sete grupos étnicos, sendo que a presença da generalidade destes grupos no território nacional precede a chegada dos invasores europeus (portugueses) a esse território da Costa Ocidental Africana. A perspectiva adotada por nós aborda todos esses grupos com o mesmo peso civilizatório de saber. Apesar de esta relação não ser necessária ou linear, parece-nos que são, de fato, na realidade de Guiné-Bissau, estas as etnias mais influentes nos processos de saberes políticos, sociais, agroambientais e econômicos que nos interessam na educação popular guineense.

As diferenças civilizatórias, políticas e sociais de conflitualidades étnicas locais africanas foram, e são ainda, frequentemente associadas aos interesses socioeconômicos e educacionais das potências colonizadoras nas suas políticas de Partilha da África[4] no que diz respeito a "dividir para melhor reinar e saquear o

[4] A ***Partilha da África*** é o nome pelo qual ficou conhecida a divisão do continente africano durante o século XIX e que finalizou com a Conferência de Berlim (1884-1885).

continente" (KI-ZERBO, 1982). Mais ainda, a título de arquétipo, a pacificação de chão Balantas, sob a liderança de Teixeira Pinto com o apoio de Abdul Injai, ficou na tradição oral como "a guerra dos Mandingas" (LOPES, 2006), o que dissimula o verdadeiro instigador da campanha civilizatória de tal modo que algumas teses da Educação Oral e popular guineense desta época defendem até hoje que as etnias haviam sido "criadas" pelos colonizadores e que não correspondiam à realidade sociocultural e civilizatória africana no sentido conceitual das políticas sociais.

Considerando-se isso, ao tratamos aqui das políticas sociais é defensável que as características particulares de educação africana de diferentes povos nativos guineenses tenham sido, por vezes, manipuladas, exploradas e fomentadas em benefício dos interesses dos invasores europeus e de suas metrópoles. Essa nova realidade política e econômica europeia introduzida na colonização civilizatória educativa efetiva teve frequentemente consequências como "imobilização de população, reforço de etnicidade e de maior rigidez da definição social" (BRETON, s.d). Para muitos historiadores africanos como Ki-Zerbo (1982), é provável que isto tenha provocado alterações na configuração atual da sociabilização entre as diferentes etnias africanas, razão pela qual defendemos que as particularidades históricas, educacionais, orais e étnicas guineenses/africanas, genuínas ou assimiladas são fatores socialmente compreensíveis e indispensáveis para uma correta leitura da realidade educacional popular geopolítica e econômica guineense.

Os próprios conceitos tradicionais orais educacionais de *etnia* ou *grupo étnico* possuem uma grande elasticidade e, até um certo fragilidade científica. Daí que passemos a clarificar aqui, tanto quanto possível, a intencionalidade educacional popular subjacente à utilização de tais conceitos neste estudo.

Já Weber (1922), na sua obra Economia e sociedade, declara tratar-se de "um coletivo social relativamente coeso e durável, enraizado num passado de carácter mais ou menos mítico; um grupo étnico que se baseia na crença civilizatória educacional coletiva de uma ascendência, mais ou menos longínqua, comum; um grupo étnico que partilha um nome coletivo, memória histórica comum, particularidades culturais comuns, um mito de origem comum, uma mesma origem econômica e geográfica, e um sentido de solidariedade para com esta comunidade; ou, ainda, um grupo étnico diferenciado cujos membros reivindicam para si próprios a pertença a um tal grupo.

Neste contexto, concordamos, ora em maior, ora em menor grau, com estas definições de etnia. Interessa-nos ainda precisar como se deverá entender por grupo étnico ou etnia populacional guineense: uma entidade social com atributos específicas, consciente dessa especificidade, que se afirmar enquanto poder político de educação e trabalho popular diferente de Outro, seja na História, cultura, língua, nos valores civilizatórias educacionais culturais, na organização social, guineense. Importante salientar também que tudo isso é visto atualmente entre guineenses como grupos étnicos de tradição oral educacional, onde as pessoas se definem a si próprias como diferentes das outras.

Analisamos aqui esta autoconsciência de pertença étnica africana como fator categórico para que possamos, ou não, referir sobre a existência de uma etnia. Conceitualmente, uma etnia africana é uma entidade oral educacional que se define por características próprias próximas das que habitualmente caracterizam uma Civilização

ou Nação. Contudo, distinguem-se, sobretudo, pelo fato de que a Nação tem um componente político bastante acentuado, enquanto a Civilização Étnica ou Etnia implica em uma expansão cultural mais ampliada. No contexto de Guiné-Bissau, todas as etnias ou grupos étnicos presentes em todo o território, encontram-se integrados nestas duas realidades civilizatórias socioculturais – a nação guineense e a civilização da África Ocidental. As ações populares relacionadas à educação oficial e tradicional guineense estão acocoradas no processo do desenvolvimento sociocultural local e global vivenciado pelos vinte e sete (27) grupos étnicos que compõem atualmente o território e a sociedade étnica tradicional de Guiné-Bissau, pois assim é o código de valores, a história e a ética do aprendizado e a sua correção.

Nas últimas décadas, em Guiné-Bissau a gestão educacional oral tradicional estabeleceu uma oposição entre tradição e modernidade pelo Estado guineense no desenvolvimento socioeconômico e na gestão do saber tradicional – o qual faz parte do aprendizado popular dos que buscam a conservação dos seus saberes e o entendimento do novo mundo. Segundo Calos Lopes (2006), a tradição é parte do patrimônio cultural e socioeconômico do povo étnico guineense e de vários povos africanos e esse conceito educacional deve ser protegido e valorizado, criando sempre mecanismos que garantam a sua manifestação, segundo os padrões concebidos pelos distintos grupos étnicos que constituem Guiné-Bissau.

Esse entendimento, no presente estudo, é de extrema importância visto que a compreensão de que a tradição popular, no caso guineense, sendo um patrimônio cultural, não deve ser encarado como um obstáculo a outros saberes (inclusive e principalmente científicos), a novas técnicas de produção e demais medidas de modernização local e global. Para as comunidades étnicas guineenses, a tradição é conhecimento que se transmite implicitamente, através da observação, da manipulação, da renovação, da interação de posturas, de atitudes e de regras, entre outros. É a tradição que conforma as nossas visões contemporâneas educacionais populares do mundo que, ainda hoje, em todas as sociedades, continuam a dar sentido e conferem legitimidade aos discursos e às ações espontâneas da vida quotidiana e do senso comum; que dão sentido à experiência do homem tradicional, inserido na sua comunidade de pertença e, hoje, mais de que nunca, no mundo globalizado.

A tradição educacional socioambiental e cultural costumeira guineense não é uma etapa de uma progressão que desemboca na modernidade de gestão estatal de proteção oral e conservação do saber socioambiental ou num movimento linear e evolucionista, no qual o passado das comunidades étnicas tradicionais guineenses nada mais é do que a preparação do presente (à luz do qual a história educacional popular das comunidades étnicas guineenses deva ser interpretada). Neste entendimento, os modos de vida desencadeados pela modernidade educacional popular guineense são resultado, especialmente, de uma profunda transformação das paisagens orais, políticas, econômicas e culturais no mundo moderno.

Na verdade, a própria modernidade pode ser compreendida na ambiguidade da sua essência emancipadora, originária das três grandes revoluções que inauguram politicamente a era moderna – a revolução industrial inglesa, a revolução francesa e a revolução americana – com o subjacente objetivo de eliminar, de uma vez para sempre,

uma ordem baseada na transmissão hierárquica dos lugares, das relações sociais e de seus saberes.

O pressuposto fundamental de toda a teoria pedagógica educacional reside na impossibilidade de separar o político/popular e o pedagógico - duas dimensões que, mesmo tendo suas especificidades, são caracterizadas por uma constante interpenetração (GADOTTI; FREIRE; GUIMARÃES, 1995).

A modernidade educação popular na Guiné-Bissau é um processo eivado de ambivalências. O fato, às vezes, de a modernidade guineense se definir como um elemento de ruptura com a tradição oral é sintomático da ambivalência da sua lógica na contemporaneidade guineense. Caso os ideais guineenses de saberes étnicos tradicionais deixassem de existir, se fossem completamente substituídos pelos ideais da modernidade convencional ocidental, encarnados, por exemplo, pelo estado guineense, deixaria também de ter sentido a própria afirmação ou possibilidade de afirmação da modernidade educacional oral guineense. Na Guiné-Bissau, falar de herança educacional pós-colonial moderna equivale, ao mesmo tempo, a reconhecer o significado da tradição na modernidade contemporânea guineense. É por isso que a modernidade educacional popular estatal guineense tem como destino a incorporação dos saberes étnicos tradicionais na contemporaneidade guineense. É preciso, pois, ver na tradição educacional popular uma base indispensável para a proteção e conservação dos saberes étnicos e culturais como caminho para desenvolvimento harmonioso e sustentável dos grupos étnicos populacionais na modernidade contemporânea guineense ou africana.

Também há de se ressaltar que os sistemas educacionais populares produtivos tradicionais guineenses, além de armazenarem importantes saberes e técnicas para a exploração dos recursos genéticos da sociodiversidade, são também a base da educação popular sociocultural, econômica e política dos vários grupos rurais da sub-região ocidental continental africana, por manterem a tradição oral não só como meio de educação e comunicação de uma geração a outra, mas também como um bem coletivo humanista e socializado coletivamente em termos do local e do global. Para Ki-Zerbo (1982), uma sociedade educacional de saber oral ou tradicional popular reconhece a fala não apenas como um meio de comunicação diária, mas também como um meio de preservação da sabedoria dos ancestrais, da gestão dos seus saberes e das práticas e usos costumeiros, da tradição oral.

Ainda de acordo com Ki-Zerbo (1983), a tradição popular oral pode ser definida, de fato, como um testemunho transmitido verbalmente de uma geração para outra. Assim, por exemplo, o conceito de modernidade, quando referido à realidade da Guiné-Bissau, está associado ao progresso em seu sentido convencional, em suas manifestações na área industrial, tecnológica e científica que, desde a antiguidade, não só orientam processos de transformações sociais, políticas e culturais, como os de urbanização, racionalização, secularização, democratização, mas também estão ligados às formas seculares e milenares de relacionar-se entre grupos étnicos e seus saberes educacionais com a natureza.

Amaro (2004) chama a atenção para o crescente antropocentrismo[5] educacional cultural - que vem ao longo dos tempos acompanhando este processo. Para o autor, trata-se do antropocentrismo típico das sociedades industriais ocidentais europeias/norte, visto que as outras culturas populares e civilizações não acederam de forma endógena, o que é um dado fundamental na abordagem das atuais incompreensões e intolerâncias culturais e na compreensão dos chamados 'obstáculos ao desenvolvimento (AMARO, 2004, p. 9). Assim, o antropocentrismo das sociedades industriais europeias conduziu, inevitavelmente, à hipervalorização de princípios e valores, como a liberdade individual (face a quaisquer forças divinas e transcendentais), ao redesenho nas relações dos homens entre si e para com a natureza.

No contexto da modernidade, a razão abstrata passa a ser considerada como o critério de verdade e de correção e, portanto, de eficiência, dispensando os critérios da fé. Os relatos dos invasores europeus dos séculos XV a XVIII revelam uma África pontuada de civilizações florescentes. Após o primeiro encontro e desencontros de saberes interétnicos destes dois mundos, o percurso educacional popular civilizatório dos povos africanos sofre uma inflexão negativa. A presença dos europeus no continente trouxe vários fenômenos determinantes, dentre eles a urbanização europeia, um sistema de valores educacionais, sociais, culturais e econômicos bem como uma outra forma de conceber a relação entre o homem e meio onde ele habita. Em muitos casos, os pedagogos africanos tradicionais, de caráter étnico, regiam-se e regem-se até hoje por uma ética social, de natureza coletiva de saber, de apropriação coletiva dos recursos naturais – o que se traduz em formas particulares de propriedade, produção e distribuição da riqueza produzida.

Essa ética social identifica-se com a preservação educacional oral da comunidade, o que pode ser qualificado a partir da perspectiva de Marx, por exemplo, como *comunismo primitivo* (SANTOS, 2000). Este sentido comunitário educacional popular estende-se não só à família ou grupo étnico, mas também ao espaço que ocupam, ao meio ambiente em que se inserem, uma vez que nele, subentendem, habitaram os seus antepassados. A ética comunitária de educação popular, de apropriação da natureza e da sua biodiversidade tem sido a forma milenar de garantir a sobrevivência dos saberes de todos – através da repartição equitativa dos recursos genéticos provenientes da natureza e do direito de receber o apoio de todo o grupo, em caso de necessidade especial.

Em assim sendo, nas sociedades tradicionais guineenses a educação é o dever e direto de todos os membros da comunidade que desempenham a sua função na sobrevivência do grupo, e o papel, insubstituível, desempenhado por cada um permite a integração de todos os saberes na sociedade. A atividade do saber oral e econômica de cada um dissolve-se na atividade do grupo e não é valorizada enquanto percurso ou resultado individual, mais sim, coletivo.

Este mesmo sentido da tradição comunitária e seus saberes reflete-se na forma de apropriação coletiva da terra que, essencial à sobrevivência e reprodução do grupo, é

[5] É a forma de pensamento comum a certos sistemas filosóficos e crenças religiosas que atribui ao ser humano uma posição de centralidade em relação a todo o universo, seja como um eixo ou núcleo em torno do qual estão situadas espacialmente todas as coisas (cosmologia aristotélica e cristã medieval), seja como uma finalidade última, um *télos* que atrai para si todo o movimento da realidade (teleologia hegeliana).

propriedade comum, nunca individual. Os bens são trocados em função da reciprocidade e redistribuição e não segundo princípios ou conceitos derivados da moderna economia de mercado.

A reciprocidade educacional popular consiste na obrigação de dar e receber. A reciprocidade educacional popular não se configura como uma obrigação jurídica, mas como resultado e fruto de laços de parentesco, amizade, vizinhança, filiação étnica ou outra forma de relação social, ou vivência, nestas áreas protegidas de conservação da biodiversidade guineense. Podemos afirmar que em quase todos os países que compõem o continente africano, a palavra é uma tradição, tem um poder misterioso, pois, é preciso lembrar, que para esses grupos étnicos as palavras criam coisas. Isso, pelo menos, é o que prevalece na maioria das civilizações africanas. A educação popular guineense, sem dúvida, expressa esse nominalismo da forma mais evidente na relação entre o homem étnico e a natureza, relações que se expressam nos rituais religiosos, na cultura, na sociedade e na economia, entre outros. Para os africanos e, o nome é a coisa, e "dizer" é "fazer". Para os grupos étnicos africanos, a oralidade é uma atitude diante da realidade e não a ausência de uma habilidade. Na filosofia das tradições e do saber tradicional, a vida em todos os sentidos avança passo a passo e cada um aprende com os outros e consigo mesmo a se adaptar cada vez ao meio em que vive, a relacionar-se dentro e fora da comunidade onde reside e qualquer pessoa tem as mesmas oportunidades de obter saber, riqueza e galgar posições socais e econômicas.

Na educação popular de saber étnico, cada um é livre para se comprometer ou não com as responsabilidades do cotidiano. As tradições étnicas da sociodiversidade africana requerem sempre retorno contínuo à fonte (educação oral), que são os conhecimentos tradicionais étnicos transmitidos oralmente, através da educação da observação da própria natureza, do homem africano, de posturas, da imitação, de atitudes e de regras.

Desse modo, podemos falar em uma modernidade oral tradicional, fruto das experiências vividas ao longo de milhares de anos, a qual preside as visões do mundo que, ainda na contemporaneidade, continuam a dar sentido e conferem ao homem a legitimidade do saber e das suas ações organizacionais, socioeconômicas e sociopolíticas da vida quotidiana coletiva do continente.

Um texto, para os guineenses, deve ser escutado, decorado, digerido internamente, mastigado e degustado, e cuidadosamente examinado, para que se possam apreender seus múltiplos significados - sociais, ambientais, culturais, políticos, religiosos e econômicos – pois se trata de uma elocução importante de ensino para manutenção do saber tradicional de geração para outra geração.

No entanto, todo o estudioso da tradição educacional oral africana deve, portanto, aprender a trabalhar mais lentamente, a refletir, para embrenhar-se numa representação coletiva, já que o *corpus* da tradição étnica guineense é a memória coletiva da própria sociedade tradicional, que se explica a si mesma. Já no contexto social da tradição educacional popular, tudo que uma sociedade considera importante para o perfeito funcionamento da coletividade e de suas instituições, para uma correta compreensão dos vários *status* sociais e seus respectivos papéis, para os direitos e obrigações de cada um, tudo é cuidadosamente transmitido na hora, época e no tempo certo, pois se entende que cada SABER tem o tempo próprio para ser ensinado e

aprendido, por isso os velhos ocupam papéis importante na educação popular guineense.

Na sociedade oral, isso é feito pela tradição educacional étnico (popular), enquanto, numa sociedade que adota somente a escrita (ocidental), as memórias menos importantes são deixadas à tradição. Foi esse fato que levou, durante muito tempo, os historiadores ou pesquisadores, que vinham de sociedades letrado-ocidentais, a acreditar, erroneamente, que as tradições guineenses/africanas eram um tipo de conto de fadas, canção de ninar ou brincadeira de criança. Toda instituição social e todos os grupos sociais, na sociedade Bijagó, têm uma identidade própria que traz consigo um passado inscrito nas representações coletivas de uma tradição que o explica e o justifica.

Desse modo, Santos (2006), sugere a constituição de uma ecologia dos saberes, como uma substituição à monocultura do saber, ao afirmar que, no domínio da ecologia dos saberes, não há saber em geral, tampouco há ignorância no geral, e que existe uma credibilidade contextual que legitima a participação de outros saberes não científicos nos debates epistemológicos. Assim, Boaventura Santos afirma que:

> Toda ignorância é ignorante de certo saber e todo saber é a superação de uma ignorância em particular. Deste princípio de incompletude de todos os saberes, decorre a possibilidade de diálogo e de disputa epistemológica entre os diferentes saberes. O que cada saber contribui para esse diálogo é o modo como orienta uma dada prática na superação de certa ignorância. O confronto e o diálogo entre os saberes são um confronto e um diálogo entre diferentes processos através dos quais práticas diferentemente ignorantes se transformam em práticas diferentemente sábias (SANTOS, 2006, p. 247).

Acreditamos que as perspectivas descritas acima sejam capazes de delinear conceitualmente a complexa relação entre tradição e modernidade no universo guineense.

No Brasil, a expressão "educação popular" começa a ser ouvida por volta dos anos de 1960 associada aos movimentos sociais organizados. Relacionada como a trilogia ação-reflexão-ação, sustenta as investidas do homem na busca de condições de vida com qualidade através da luta e participação social.

Em oposição à chamada educação bancária (FREIRE, 1987), a educação popular torna explícito um desejo de nação que busque a justiça e a igualdade social para todos os indivíduos, através da participação e do engajamento dos oprimidos.

Em outras palavras,

> A educação popular acompanha, apoia e inspira ações de transformação social. Nela, o processo educativo se dá na ação de mudar padrões de conduta, modos de vida, atitudes e reações sociais. Portanto, se a realidade social é ponto de partida do processo educativo, este volta a ela para transformá-la (WERTHEIN, 1985, p. 22).

É pensando dessa forma que a possibilidade de transformação social contemporânea exige revoluções verdadeiras nas relações envolvendo educação e trabalho, seja em Guiné ou no Brasil, tendo em vista que a educação e conhecimento podem proporcionar melhor desenvolvimento econômico e estrutural desse trabalhador moderno. A procura por mão de obra especializada exige cada vez mais um aperfeiçoamento profissional face a essas novas exigências. Do contrário o fosso da

desigualdade social vai, cada vez, mais proporcionando não só a exclusão da mão de obra humana, como também dando lugar a novas possibilidades de exclusão e exploração social.

Considerações finais

Os entendimentos da educação popular e políticas sociais estão cada vez mais frequentes neste embate aparentemente mundanizado economicamente. Parece-nos fundamental na conceituação teórica do trabalho e também no embate sobre as políticas e as desigualdades sociais e econômicas decorrentes desse duelo, a urgência da adoção de uma nova conjuntura contratual de trabalho em níveis locais e globais vivenciada nas atuais relações trabalhistas.

Para tanto, é preciso se pensar em políticas públicas que levem em consideração o desenvolvimento econômico e social e que permitam a inserção do trabalhador numa sociedade de classe justa e igualitária sem exploração de nenhuma espécie. Assim, fortalecemos a compreensão de que uma sociedade só se consolida como tal se todos os envolvidos se empenharem na transformação dessa realidade posta – a exploração da mão de obra trabalhadora e a ineficiência de uma política de educação para o trabalho.

Devemos, nesse foco de pesquisa, levar em consideração o trabalho como mola propulsora que alimenta o homem em sua trajetória e ao mesmo tempo o incentive a buscar caminhos, por meio de educação, bem como outros caminhos que integrem educação e trabalho.

Só assim é possível que o trabalho, em sua essência, deixe de ser tão somente uma exploração da mão de obra como instrumento de exploração da classe trabalhadora, em especial os trabalhos envolvendo os países em foco, e passe a ser visto como principal instrumento integrador – trabalho e educação, como instrumento de realização pessoal, profissional e, sem dúvida, social. Somente se olhado dessa forma, será possível perceber possibilidades de mudanças que levem em conta que trabalho e educação caminham lado a lado.

Por fim, salientamos que tanto Guiné Bissau quanto Brasil vivem a necessidade de uma progressiva mudança no que tange às considerações teórico-práticas sobre o trabalho. E, nesse processo, as políticas públicas podem vir a ser um instrumento de resgate das necessidades e reivindicações populares através dos movimentos sociais - cujo soerguimento torna-se imperativo no contexto atual – assunto da continuação do estudo aqui apresentado.

Referências

AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da Teoria à Prática e da Prática à Teoria. **Cadernos de Estudos Africanos**, Lisboa, p. 8, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

BRETON, Roland. **As Etnias**. Paris: Presses Universitaires de France, s.d.

BRITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de. **Gestão e Políticas da Educação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

CARDOSO, Leonardo M; PEREIRA, H. CARDOSO, Filipe. **Os Bijagós**: estrutura e funcionamento do poder. [s.l.: s.n.], 2008. p. 56.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências humanas**. Bauru: EDUSC, 2002.

FREIRE, Paulo

FREITAS, Vladimir Passos de. **A Constituição Federal e a efetividade das normas ambientais.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

GANDELMAN, M. **Poder e conhecimento na economia global.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. 317.

Guiné-Bissau. **Constituição da República da Guiné Bissau**. Bissau: Assembleia Nacional Popular, 1996.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes,1987. 163p.

HOCHMA, Gilberto. **Políticas Publicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2007.

INEC. **"Guiné-Bissau em números".** Instituto Nacional de Estatísticas e Censos.

IANNI, Octávio. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. Kaabunké: **Espaço, Território e Poder na Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance Pré-coloniais**. 1. ed. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

KIPP, Eva. **Guiné Bissau aspectos da vida de um povo**. Ed. Inquérito 1994.

KI-ZERBO Joseph. **Para quando a África**: Ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

_____. **História Geral da África**: I. metodologia e pré-história da África. São Paulo: Ática; Unesco, 1982.

_____. **História Geral da África**: II. A África antiga. São Paulo: Ática; Unesco, 1983.

MENICUCCI, Telm; GONTIJO, José Geraldo Leandro**. Gestão e Políticas Publicas no Cenário Contemporâneo**: tendências nacional e internacional. Rio de Janeiro: editora FIOCRUZ, 2016.

RODGERS, Gery & RODGERS, Janice (orgs.). *Precarious jobs in labour market regu-lation: the growth of atypical employment in western Europe.* Genebra/Bruxelas, **Interna-tional Institute for Labour Studies**/Free University of Brussels (1989).

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Tradição e modernidade**. 1993.

RIBEIRO, Wagner Costa. **A quem interessa a globalização**. Revista ADUSP, n. 2, p. 18-21, 1995.

SANTOS, Laymert Garcia. A Difícil Questão do Acesso aos Recursos Genéticos. In: PHILIPPI JR. A, Alves A. C.; ROMERO, M. A.; BRUNA, G. C. (Ed.). **Meio Ambiente, Direito e Cidadania.** São Paulo: Signus Editora, 2002.

_____. Saber tradicional x Saber científico. In: RICARDO, B; RICARDO, F. (editores gerais). **Povos indígenas no Brasil: 2001-2005**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. p. 89/91.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma Revolução Democrática da Justiça**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Conhecimento prudente para uma vida decente:** um discurso sobre as ciências revisitado. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Moçambique e a Reinvenção da Emancipação Social.** In: SILVA, Teresa Cruz e Maputo, 2004.

_____. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós- modernidade. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. (Org.). **Um discurso sobre as ciências**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. (Org.). **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **A Crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência (Para um Novo Senso Comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática). 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Record, 2004. (Reinventar a Emancipação Social: para novos manifestos, 2).

_____. (Org.) **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural (Reinventar a Emancipação Social: para novos manifestos, 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

_____. **A crítica da razão indolente:** contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Nilton. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal.** 11. ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 2004.

_____. A aceleração contemporânea. In: SANTOS, Milton et al. (Org.). **O novo mapa do mundo.** São Paulo : Hucitec, 1993.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico internacional**. São Paulo : Hucitec, 1994.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo : Hucitec, 1996.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 1ª reimpressão da 1ª edição. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SECCHI, L. **Políticas Públicas**: Conceitos, esquemas, casos práticos. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning. 2013.

SOUZA, C. Política Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, n.16, p. 20-45, jun/dez. 2006.

TEODORO, António; SCOCUGLIA, Afonso...[et AL.]. **Tempos e Andamentos nas Políticas de Educação** – Brasília: Liber Livro Editora, CYTED, 2008.

WU, X; RAMESH, M; HOWLLET, M; FRITZEN, S. **Guia de políticas públicas**:

Submetido em:	18-11-2019
Aceito em:	27-12-2019